



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA

EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1430/09	DATA: 09/09/2009
INÍCIO: 15h01min	TÉRMINO: 16h08min	DURAÇÃO: 1h06min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h07min	PÁGINAS: 29	QUARTOS: 14

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO: Deliberação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 11ª reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Chamariz.

Em discussão a ata. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Foram distribuídas cópias das sínteses das correspondências recebidas pela CPI, cujos originais encontram-se à disposição para consulta na Secretaria da Comissão.

Ordem do Dia.

Passamos à Ordem do Dia.

Apreciação de requerimentos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Relator, Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu solicitaria uma inversão de pauta, para que pudéssemos analisar o Item 15, o Requerimento nº 66/09, que requer a realização de audiência pública com o representante do TCU e do Ministério Público Federal, para iniciarmos a pauta da nossa reunião, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Inversão de pauta, Requerimento nº 59/09, Item 14, letra "c" da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - O Item 15 foi solicitado pelo Deputado Alexandre Santos, e o 14, pelo Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Podemos fazer uma fezinha: 14 e 15 é borboleta. (Risos.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos votar aqui a inversão de pauta, a pedido do Relator, do Requerimento nº 66/09.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a inversão de pauta do Requerimento nº 59/09, do Deputado Chico Lopes.

Em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Item 1 da pauta.

Requerimento nº 66/09, do Sr. Ciro Nogueira, que *“requer a realização de audiência pública com representantes do TCU e do Ministério Público Federal”*.

Passo a palavra ao Relator, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, a própria convocação dispensa, inclusive, a sustentação do requerimento. Portanto, é de suma importância que esses representantes venham aqui e nos tragam as suas orientações e as suas informações. Portanto, solicito a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 14, do Sr. Chico Lopes, que *“requer a realização de audiência pública em Fortaleza, Ceará, em conjunto com a CPI das Tarifas de Energia Elétrica instalada na Assembleia Legislativa do Ceará, com o intuito de discutir a situação da tarifa de energia aplicada no Estado do Ceará”*.

Com a palavra o Relator para encaminhar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, está presente aqui o Relator, inclusive, da CPI lá do Ceará...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Deputado Lula Morais.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - ... o Deputado Lula Morais.

Agradeço a sua presença aqui nesta data de hoje.



Certamente, esta nossa audiência pública vai-nos trazer informações de suma importância para a nossa CPI, Sr. Presidente. Portanto, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos, agora, ao Item 1 da pauta, da pauta que foi apresentada originalmente, publicada.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - O Item 16 já foi votado? O Requerimento nº 69/09?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Ainda não.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Positivo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Houve uma inversão de pauta, Deputado Wladimir Costa, para que fossem apreciados os outros requerimentos.

Requerimento nº 53/09, do Sr. Cleber Verde, que requer a expedição de ofício da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL para prestar esclarecimentos à CPI.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, dentro daquela linha de solicitar informações, o Sr. Cleber Verde também solicita informações à Agência Nacional de Energia Elétrica para prestar esclarecimentos a esta CPI. Portanto, de acordo com o requerimento, solicito a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.



Havia um pedido de retirada de pauta do Deputado Claudio Cajado, para que retirasse de pauta o Item 1. Porém, ele não se encontra presente, e estou prejudicando o requerimento.

Item 2. Requerimento nº 63/2009, do Sr. Nelson Bornier, “*solicita ao Ministro de Minas e Energia cópia do Contrato de Concessão de Outorga Primitivo, com a Empresa Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, referente aos Decretos nºs 84.209, de 14/11/1979, 84.680, de 2/5/1980, e 85.628, de 7/1/1981*”.

Com a palavra o Relator.

Antes, comunico que há um pedido de retirada de pauta, do Deputado Claudio Cajado. Ele não se encontra aqui. Eu estou prejudicando o presente requerimento.

Com a palavra o Relator, para apreciação do requerimento.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, esse requerimento é da COPEL. É aquela que teve a prorrogação, na semana passada, do seu contrato, sem que nós tivéssemos, esta CPI e a sociedade, ciência do mesmo. Portanto, Sr. Presidente, estes esclarecimentos são de suma importância para nos aprofundarmos nos esclarecimentos necessários por que esse contrato foi postergado por mais de 20 anos.

Sou pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 64/09, do Sr. Wladimir Costa, que “*requer do Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia informações e cópia de documentos comprobatórios que atestam a aplicação de recursos da Reserva Global de Reversão — RGR e da Conta de Consumo de Combustíveis — CCC, referente à concessão de financiamento às concessionárias, permissionárias ou autorizadas para a expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, relativo aos anos de 2005 a 2009*”.



Também se encontra aqui um requerimento do Deputado Claudio Cajado pedindo que seja retirado de pauta, e eu prejudico o mesmo, porque o nobre Deputado não se encontra presente.

Com a palavra o Relator, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, a Conta de Consumo de Combustíveis — CCC, essa conta necessita ser muito bem esclarecida aqui. Eu quero parabenizar o Deputado Wladimir Costa por solicitar inclusive esses esclarecimentos, para que nós possamos ter uma noção mais exata dos procedimentos que se fazem nos aditivos a conta maior do sistema de energia elétrica.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não havendo mais quem queira discutir.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 65/09, do Sr. Antônio Carlos Chamariz, que “*requer cópias do Balanço Patrimonial e Financeiro da Companhia Energética de Alagoas, referente aos últimos cinco anos*”.

Com a palavra o Relator.

Quero informar também que se encontra sobre a mesa um requerimento de pedido de retirada de pauta do Sr. Claudio Cajado, que eu prejudico, pois o mesmo não se encontra presente na reunião.

Com a palavra o Relator. Item 4.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Sr. Presidente, era bom que nós solicitássemos a presença do Deputado Claudio Cajado, para nós Deputados membros da Comissão Parlamentar perguntarmos qual o interesse do Deputado em requer tanta retirada de pauta, retirada de pauta... Vamos aguardar.

Já participei de inúmeras CPI, 90% das CPIs instaladas aqui na Casa, e eu nunca vi um colega Parlamentar requerer tanto retirada de pauta de requerimentos, já que é uma atribuição. Nós estamos aqui com a finalidade de investigar, e eu estou



particularmente estranhando bastante o comportamento do Deputado Claudio Cajado. Tudo que a gente está protocolando o colega está requerendo retirada de pauta. Está mais fácil acabar com a CPI, e ninguém vai fazer mais nada aqui!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Fica registrada a sua observação, nobre Deputado Vladimir Costa.

Com a palavra o Relator, para encaminhamento da votação do Item nº 65/09.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, requerimentos do Sr. Antônio Chamariz, que requer cópia do Balanço Patrimonial e Financeiro da Companhia Energética de Alagoas — CEAL. Sou pela sua aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 5. Requerimento do Sr. Ciro Nogueira, que *“requer cópia dos contratos de concessão celebrados pela ANEEL”*.

Encontra-se sobre a mesa pedido de retirada de pauta do Deputado Claudio Cajado, o qual prejudico, pelo mesmo motivo: o Deputado não se encontrar na presente reunião.

Com a palavra o Relator, para encaminhar a votação.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Dentro da linha de buscar informações, Sr. Presidente, sou pela aprovação do Requerimento nº 67/09, do Sr. Ciro Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 68/09, dos Srs. Alexandre Santos e Ciro Nogueira, que *“requer informações e cópias de documentos da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL e das pessoas jurídicas que especifica”*.



Encontra-se sobre a mesa requerimento de retirada de pauta do Deputado Claudio Cajado, o qual o prejudico pelo mesmo motivo, de o mesmo não se encontrar presente.

Com a palavra o Deputado Alexandre Santos, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, dentro da linha de buscarmos informações de todos os eventos e dos integrantes do Sistema Nacional de Energia Elétrica, solicito a aprovação do Requerimento nº 68/09, que subscreve também o Deputado Ciro Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO ZARATTINI - Sr. Presidente, não estou entendendo bem o objetivo do requerimento, por conta de que estamos buscando discutir as questões dos reajustes das tarifas, das altas tarifas. Ao buscar a correlação da vida pessoal dos representantes da ANEEL com grupos do setor de energia, fica evidente que vão aparecer ligações, porque são pessoas do setor de energia que trabalharam, isto é, podem ter servido à ANEEL e que, possivelmente, estão trabalhando em outras empresas. Então, é evidente que pessoas do setor elétrico continuarão trabalhando no setor elétrico. Não sei se vão conseguir emprego na bolsa de valores, ou no setor financeiro, ou na área esportiva e cultural do Brasil.

Acho que vamos começaremos a achar, como se diz, "pelo em ovo", além do que a questão dos votos — está aqui solicitada cópia dos despachos, pareceres, votos e notas técnicas efetuados, nas seguintes pessoas nos cargos de diretor da ANEEL —, também não sei se vamos aqui... O fato é que houve decisões da ANEEL. Não sei se é possível personalizar decisões dos diretores. Mais das vezes, pelo que temos conhecimento, nesses tipos de conselhos, como a ANEEL — é um colegiado —, vota-se e chega-se muitas vezes a consenso, mesmo que haja divergências aqui e ali.

Então, considero, Sr. Presidente, que devemos rejeitar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação o requerimento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu estava na Comissão de Orçamento. Peço a V.Exa. que me diga qual requerimento estamos discutindo e o item da pauta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Estamos discutindo o Requerimento nº 68/09, dos Srs. Alexandre Santos e Ciro Nogueira, Item nº 6 da pauta inicial. E se encontra um pedido de retirada de pauta de V.Exa desse item, que, com a presença de V.Exa., vou colocar em apreciação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pois não. Eu pediria a V.Exa se eu poderia usar da palavra, para podermos fazer um acordo de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Lógico.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem. Sr. Presidente, como V.Exa e muitos dos colegas presentes, sabem, os Democratas estão em obstrução. Estamos em obstrução em razão do açoitamento que o Governo quer impor a esta Casa na votação do marco regulatório do pré-sal. Achamos que não é crível que, em apenas 45 dias, a Câmara dos Deputados possa deliberar sobre uma matéria de tamanha envergadura, que dirá respeito a esta e a futuras gerações, que envolve diretamente o conjunto dos Estados Federados; e que, com esse marco regulatório, nós estaremos colocando um divisor de água entre um passado e um futuro que se projeta para todos os brasileiros e brasileiras. Querer impor 45 dias para essa discussão é fulminar de morte o debate, é diminuir, aperfeiçoar a discussão técnica.

E, sinceramente, querer trazer ao debate a questão de 2010, quando teremos eleições para Presidente, Senadores, Deputados e Governadores, é colocar em dúvida o critério subjetivo que norteia o voto e a capacidade de discernimento de cada um dos Parlamentares que compõem a Câmara e o Senado Federal.

Portanto, nós achamos que esta não é uma solução que deva ter o entendimento não apenas da Oposição mas também da base de sustentação do Governo.

Por isso, os Democratas decidiram, através da sua bancada, no dia de ontem, manter a obstrução nas Comissões, sejam elas permanentes, provisórias,



parlamentares de inquérito, e inclusive no plenário. É claro que isso traz um desconforto muito grande para quem tem a missão de manter as obstruções.

Portanto, eu queria propor a V.Exa., já que dei entrada a vários requerimentos, que V.Exa. priorizasse um item da pauta — poderia ser esse, poderia ser um outro — e nós pudéssemos votar e depois encerrar a sessão.

Devo dizer até a V.Exa., meu querido Presidente Dudu da Fonte, e ao nobre Relator, Deputado Alexandre Santos, que está em discussão essa retirada da urgência. Se isso ocorrer, eu acho que nós poderemos ter um trabalho muito mais pacífico, muito mais tranquilo na Comissão, que eu vejo que o interesse é apurar os fatos que estão aí, não só para a opinião pública mas para nós Parlamentares, obscuros com relação ao que está existindo na produção, comercialização, distribuição e transmissão da energia elétrica no nosso País. Esses fatos precisam serclareados, precisam ser trazidos a público, e a CPI tem esse condão.

Portanto, eu queria dizer para os colegas da Comissão que essa obstrução e os requerimentos que eu subscrevi têm este objetivo: posicionar os Democratas politicamente quanto a uma posição do Governo que nós não aceitamos. Não é de encontro, não vem aqui de encontro ao trabalho da CPI. Porém, nós temos uma posição que queremos marcar, e essa posição é de obstruir todos os trabalhos nas Comissões da Câmara dos Deputados e no Plenário, até a retirada dessa urgência nos projetos.

Se o Governo entender que não deve retirá-la, nós respeitamos. Porém, aqui nós teremos dificuldades muito grandes para avançar. E quem conhece um pouco de Regimento sabe a forma pela qual nós Parlamentares temos que nos conduzir. Portanto, não é bom para ninguém.

Então, não é uma responsabilidade que cabe às oposições, mas é também compartilhada com as Lideranças do Governo, que eu percebo, pelo menos de comentários, como se diz na gíria, de ouvir dizer, que estão empenhadas para que o Governo retire essa urgência.

Vamos aguardar. Se oficialmente for feito esse acordo, nós automaticamente, Sr. Presidente, iremos diminuir, sem prejuízo das nossas atribuições e convicções pessoais e parlamentares, a atuação de obstrução nesta CPI. Porém, não é o momento agora. Agora, nós estamos em processo de obstrução.



Então, da formulação feita à Mesa, eu gostaria de ouvir uma resposta de V.Exa., para que possamos conduzir os trabalhos da melhor forma possível.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos consultar o Plenário, para fazermos...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Antes da consulta ao Plenário, eu gostaria de me manifestar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Wladimir Costa com a palavra.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Presidente, eu ouvi com bastante atenção a narrativa do Deputado Claudio Cajado, bastante compreensível em seu raciocínio, bastante leal o seu partido. Agora eu gostaria que o colega tivesse maior ponderação, porque esta CPI tem uma finalidade. O povo brasileiro, os consumidores de energia de todo o território nacional têm uma urgência. Eu acho que a obstrução lá para o plenário grande, acho que tudo bem; mas aqui na CPI nós precisamos de uma celeridade, precisamos dar uma satisfação.

O Democratas, que tem um grande projeto político para este País, no momento em que não colabora e parte para a obstrução, ou seja, segura o andamento dos trabalhos na CPI, eu acho que presta um desserviço à Nação.

Então, baseado na excelente imagem que nós temos, na excelente relação que temos com o Democratas, eu gostaria que o colega fosse um pouco ponderado em se tratando de Comissão Parlamentar de Inquérito que prima por investigar e ressarcir os cidadãos brasileiros que estão sendo lesados nas questões das tarifas de energia elétrica.

Somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pela ordem o Deputado Chico Lopes e, em seguida, o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu queria ir na mesma linha de raciocínio do Deputado que me antecedeu, porque esta CPI, quanto mais rápido ela terminar, melhor para economia popular, melhor para a economia do País. Mesmo agora que nós estamos presentes aqui com o Relator da CPI, Deputado Lula Morais, lá do Ceará, que eles alegam que, como é uma CPI estadual, eles não têm direito de



convocar entidades federais. Agora, ela aumenta de preço a toda hora, a todo momento, e ninguém diz nada a respeito disso.

Quanto à posição do Deputado, acho justo, mas acho justo no encaminhamento no encaminhamento normal dos trabalhos que estão acontecendo no plenário, embora eu seja partidário da posição do Presidente da República, que quer pressa. Mas, se ele tem a maioria nesta Casa e não faz funcionar, não sou eu que vou criar dificuldades. Eu cumpre a minha parte, meu partido também cumpre, e eu espero que a base do Governo tenha a compreensão de votar essa matéria em regime de urgência, porque, se tirar a urgência, ela vai continuar como outras matérias que tem aqui e que passam dois, três, quatro anos, e não vão para lugar nenhum.

Quanto ao Deputado Cajado, eu queria fazer esse mesmo apelo do colega que me antecedeu, nesta CPI, porque nós temos pressa, e fica ruim a gente prorrogar por mais tempo, porque ficamos em obstrução nesse sentido.

Então, apelo para o companheiro, para o Deputado, que tenha essa compreensão de unidade da CPI, no sentido de tirar não só esse mas todos os requerimentos de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu estou-me posicionando também com relação ao requerimento apresentado pelo Deputado Claudio Cajado, e a minha colocação, Sr. Presidente, vai também na busca de uma sensatez que todos possamos ter aqui.

Todos se lembram, talvez os que aqui estavam, de que na reunião anterior, dada a premência de coisas que nós tínhamos, nós até caminhamos. E eu não colaborei na obstrução para que as coisas pudessem ter um desdobramento.

A minha postura, nesta tarde, é diferente. Por que diferente? Porque o Deputado Claudio Cajado — e eu faria um apelo para que todos ouvissem o que ele diz — diz que tem uma expectativa, inclusive positiva, de um acordo que pode estar prestes a ser anunciado. Há um clima na Casa nesse sentido.

Agora, há poucos instantes, a bancada do Rio de Janeiro esteve reunida — e nós temos aqui lideranças da expressividade do Deputado Nelson Bornier, do nosso



Relator Alexandre Santos —, e a própria bancada do Rio está concorrendo também nesse esforço.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Eu gostaria de colaborar com a sua fala, colega.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Com muito prazer, cedo um aparte ao nobre Deputado Wladimir.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Muito obrigado.

O próprio Presidente Michel Temer já se manifestou para toda a imprensa falada e televisada: é favorável a que nós estendamos as datas, não só 45 dias. Eu, como da base do Governo, do PMDB, também não concordo com 45 dias, não. Mas nós estamos aqui.

Somente para colaborar. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Então, isso tudo só faz dar mais justificativas a mim para solicitar o apoio dos nossos colegas à proposta apresentada pelo Deputado Claudio Cajado. É uma conjuntura política maior, e este argumento... Particularmente, algumas considerações foram feitas pelos Deputados Chico Lopes e Wladimir Costa. Nós já temos aqui um volume de informações solicitadas — vejo a cara do nosso nobre Relator, Alexandre Santos, e repito a imagem que já coloquei aqui: ele no cantinho de uma sala, com um enorme volume... Nós já temos um volume de atividades. Esta Comissão faz as suas três primeiras audiências pública neste final de semana, portanto num ritmo acelerado, como tem imposto o nosso nobre Presidente Dudu da Fonte. Então, não há nenhuma premência de tempo. O fato de postergarmos agora...

Eu proporia não só que acatássemos mas que suspendêssemos a reunião agora, porque nós temos muita tranquilidade. Já há um volume. Podemos perfeitamente retomar a votação desses requerimentos numa próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu gostaria de consultar e de sugerir ao Plenário que nós possamos aprovar os pedidos de informação e deixar os pedidos de audiência pública para posterior reunião, porque os de informação requerem tempo para que as empresas nos enviem as informações pedidas. Então, como a CPI tem prazo determinado para encerrar os seus trabalhos, pode ser, nobre Deputado Arnaldo Jardim, que essas informações não cheguem,



Deputado Claudio Cajado, que essas informações não cheguem para que o Relator possa fazer o seu relatório final.

E aí eu peço a compreensão de todos e reitero a importância de termos as informações que estamos pedindo para que possamos colaborar com o Relator, para que ele possa fazer o relatório final. E consulto mais uma vez o Plenário para que se manifeste.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, infelizmente, eu não posso concordar.

Eu aqui deixo claro que ouço e respeito as opiniões de apelo que foram emanadas pelos colegas da Comissão. Porém, quero deixar bem claro que esta não é uma postura de um lado só; é uma postura dupla. O próprio Deputado Wladimir diz que não concorda com os 45 dias, mas eu sei — ele é da base. Ele não pode ter uma posição mais dura.

Porém, eu aqui, como Vice-Líder Nacional do Partido Democratas, tenho a responsabilidade de fazer valer a vontade do meu partido, que, em decisão tomada no dia de ontem, manifestou-se prorrogando a obstrução que já tinha sido decidida na semana passada. Então, essa não é uma conduta pessoal ou individual, mas partidária. E eu, convictamente, também concordo com ela, porque acho humanamente impossível podermos discutir a questão do petróleo. Acho até que todos que não fazem parte da riqueza que está querendo ser reservada para os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo — o nobre Relator está fazendo jus ao mandado, está defendendo o seu Estado —, mas a Bahia não vai aceitar não fazer parte dessa riqueza como um Estado federado que é... Acho que a riqueza que advém do pré-sal tem que ser dividida com o conjunto dos Estados federados. Aí nós até estamos ao lado do Presidente Lula, que assim o desejava. Mas conversas com os Governadores dos Estados mais próximos do Palácio convenceram o Presidente a retirar essa sua vontade, essa sua ideia do projeto que nos foi enviado.

Portanto, é uma coisa consensual com que os demais Estados não vão concordar. Só para levantar uma questão que será extremamente discutida: é justo ou não é justo? Pernambuco terá ou não parcela dessa riqueza? Nós vamos discutir isso profundamente, inclusive do ponto de vista do marco regulatório.



Portanto, se nós avançarmos, Sr. Presidente, a nossa obstrução não vai ter a ressonância que nós desejamos. Claro que ninguém aqui radicaliza.

Por isso, fiz uma proposta a V.Exa.: que votemos mais um e finalizemos a reunião. Se V.Exa. concordar, nós fazemos esse acordo. Se V.Exa. não concordar, infelizmente, como somos minoria, temos que nos utilizar das regras regimentais que nos impõe a fazer com que nossa opinião seja ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Relator, para que possa externar seu posicionamento quanto ao que foi sugerido pelo Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Nós temos aqui já uma participação efetiva com alguns requerimentos aprovados. Já conseguimos ter consenso, mais ou menos, de alguns posicionamentos já feitos.

Então, dentro da solicitação do Deputado Arnaldo Jardim e do Deputado Cajado, eu tenho certeza de que a Bahia vai sufragar no próximo pleito muito bem esse nome pela defesa intransigente que S.Exa. faz daquele Estado e de sua população... Eu queria aqui, Sr. Presidente, solicitar uma inversão de pauta para votarmos o item nº 16 e darmos como concluída, se o Plenário assim concordar, a presente reunião em face da demanda já colocada aqui, uma vez que estamos vendo que não teremos condições de continuar esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Sergio Petecão.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Sr. Presidente, antes de encerrar, se esse for o encaminhamento dado pela sua Presidência, eu gostaria de tratar a respeito da agenda do final de semana, na qual o Estado do Acre... teremos lá a presença da CPI, no Estado de Roraima, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Amanhã, em Roraima, e sexta-feira, lá no Acre.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Então, gostaria só de tratar de alguns encaminhamentos finais a respeito do meu Estado, a questão de horário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Antes de encerrarmos os trabalhos, Deputado Petecão, vamos fazer essas considerações em relação à



agenda deste final de semana e às agendas posteriores, consultar os demais membros para que a gente possa...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Chico Lopes e, em seguida, o Deputado Wladimir Costa. (Pausa.) Está desligado o microfone.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Concordo com o acordo. Analisamos o último, fazemos o encaminhamento e, na próxima semana, aprovamos os demais requerimentos. Acho que não tem muito prejuízo para nós, não. Concordamos com os companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação a inversão... Deputado Wladimir Costa.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Não, eu sou favorável à inversão de pauta. Depois me manifesto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação o acordo.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o acordo proposto de inversão de pauta.

Vamos votar agora a inversão de pauta.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, inversão de pauta, votando o Item 16 e V.Exa. encerrando a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Encerrando os trabalhos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Zarattini com a palavra. (Pausa.)

Já havia aberto a votação do Item 6. Temos de concluir a votação do Item 6, porque já havia sido aberto o encaminhamento. Gostaria de consultar...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Seria possível o Relator retirar o requerimento, o Item 6?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Já o estou fazendo, por solicitação do Deputado Arnaldo Jardim, a retirada do requerimento do Item 6.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Então, acatando o pedido do Deputado Arnaldo Jardim, o Relator Alexandre Santos retira o Item 6, para que seja apreciado na próxima reunião.

Em votação a inversão de pauta do Item 16. Requerimento nº 69/09, do Sr. Alexandre Santos, para que seja apreciado neste momento.

Em votação a inversão de pauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos à votação do Item 6909, do Sr. Alexandre Santos, que requer seja convocada a Sra. Carmem Campos Pereira, Presidente do Grupo REDE, o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior, Presidente do Conselho de Administração da REDE Empresas de Energia Elétrica, os Srs. Sidney Simonaggio, Edmir José Bosso e Jonas Wolf, respectivamente, Vice-Presidente, Diretor Operacional e Diretor de Regulação da ENERSUL, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul, e Sérgio Seiko Yonamine, Presidente da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Estado do Mato Grosso do Sul, para prestarem esclarecimentos sobre as denúncias de irregularidades na substituição dos medidores, na cobrança indevida de consumo de energia elétrica e na suposta manipulação de dados de qualidade para revisão tarifária, além de esclarecimentos acerca das constantes quedas e oscilações de energia elétrica que têm causado danos aos consumidores.

Com a palavra o Relator, para fazer o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, essa solicitação vai servir, inclusive, para que nós, com os documentos que temos aqui do Ministério Público e da OAB, inclusive fazendo representação, possamos ver o que fazem as distribuidoras. E quero citar aqui, inclusive, as tarifas sociais que temos que são descontadas e sequer são passadas para aqueles que mais precisam. Portanto, acho que é de suma importância que também tenhamos... como teremos de fiscalizar, como teremos de fazer as operadoras andarem dentro da regularidade e da legalidade do sistema elétrico nacional, Sr. Presidente. Por isso, solicito a aprovação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Wladimir Costa.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Sr. Presidente, com o intuito de colaborar com o Relator, haja vista que o Grupo REDE é a distribuidora de energia no meu Estado, o Pará, e também no Estado vizinho, que é o Estado de Tocantins, gostaria, dentro da medida do possível, obviamente, que fosse retirado de pauta. E gostaria de colaborar com o Relator com algumas informações e discutirmos o requerimento na próxima ou nas próximas reuniões. Gostaria que V.Exa. consultasse se o Relator poderia colaborar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Relator, para que aprecie o pedido do Deputado Wladimir Costa.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu pediria para ser mantido, Deputado Wladimir, ao menos no setor, no sistema de Mato Grosso do Sul, que já há muitas denúncias e os documentos estão muito embasados, vamos dizer assim, num processo que eles estão fazendo até, vamos dizer assim, de não conceder ao consumo mínimo, que é daquelas pessoas que necessitam. Eles não o fazem e descontam, vamos dizer assim, os valores. Portanto, eu estou querendo aqui é pegar, no mínimo, o Estado do Mato Grosso. Eu sei que não tem só o Estado do Mato Grosso, tem vários outros Estados, mas eu quero citar aqui onde a OAB já denunciou, já está na Polícia Federal a investigação, já tem o Ministério Público também apoiando.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Mas eu tenho muito a colaborar com V.Exa., em se tratando o mesmo no Mato Grosso do Sul também...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sim.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - ...porque nós trabalhamos e gostaria de saber se posso colaborar com V.Exa., e eu apresentar algumas coisas interessantes.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sim, mas é por isso que já deixaria aprovado e, com os seus documentos, nós levaríamos avante ou até voltaríamos ao plenário, já que isso aqui foi um acordo de consenso, para que nós não voltássemos mais na pauta e terminássemos aqui.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Positivo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos apreciar, então.
Em votação o Requerimento nº 6.909, Item 16.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu só gostaria, se fosse possível, que a sua Presidência divulgasse, com antecedência, na Internet, o conteúdo dos requerimentos, não somente a ordem ou o resumo deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado, Zarattini, os requerimentos são apresentados 1 dia antes e estão apresentados todos, na íntegra, na Internet.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente.,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agora, o prazo regimental é que se apresente 1 dia antes. E se encontram todos, o 53..., o Item 53 estava apresentado anteriormente porque estava na pauta anterior, que é do Deputado Cleber Verde, que ficou para hoje e foi aprovado. Mas os demais, ontem, como manda o Regimento, que estavam todos apresentados e publicados na Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, eu queria agradecer a V.Exa. e aos membros da Comissão, ao Relator, por fazermos esse acordo de procedimento. Eu acho que é muito mais elegante da parte de todos nós um mal acordo do que uma boa briga. Então, eu agradeço a V.Exa. a atenção e a dos demais pares.

E gostaria de solicitar à Mesa que pudesse modificar os meus Requerimentos de nºs 60, 61, 62, que solicitam a criação de subcomissão para ajudar a Relatoria no



processo de investigação, a transmissão, na distribuição e comercialização, para criação de sub-relatorias — não seria subcomissão, seriam sub-relatorias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Será acatada a modificação de V.Exa.

E passo a palavra ao Deputado Cleber Verde.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Sr. Presidente, eu queria, primeiro, agradecer aí a aprovação do requerimento, requerimento de nossa autoria, de 2009, e a cada dia, Sr. Presidente, eu me convenço da importância desta CPI. Ontem mesmo eu assisti a uma reportagem da *TV Mirante*, do Estado do Maranhão, de que uma comunidade da zona rural reclamava, mais de 100 pessoas, 100 famílias reclamavam da questão da conta de energia elétrica. Para se ter uma ideia, Presidente, aposentado, com 2 pontos de luz na sua casa, chegando a conta de 430 reais; outros, a média de 220 reais. Quer dizer, a pessoa assalariada, que ganha 1 salário mínimo, e com uma conta de energia nesse valor.

Portanto, essa CPI tem uma importância muito grande e tenho certeza de que a ida dessa CPI ao Maranhão e essas explicações que nós estamos pedindo aqui no requerimento, todo esse contexto, esse conjunto de informações que nós vamos ter aqui e de debates, certamente vai nos ajudar a diminuir essas tarifas de energia em todo o Brasil, e principalmente no Estado do Maranhão, que é, como eu disse e repito aqui, todos nós, é do nosso conhecimento, a mais cara do Brasil.

Portanto, eu quero agradecer a aprovação do requerimento, que isso vai ajudar a esclarecer pontualmente aquilo que pretendemos esclarecer no tocante aos repasses, principalmente dos recursos do CDE e, acima de tudo, explicações no tocante a esse valor absurdo que é cobrado da energia no Estado do Maranhão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Sergio Petecão.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Sr. Presidente, eu volto a insistir a respeito da relação dos Parlamentares que irão fazer parte dessa comitiva que estão indo ao Estado de Roraima, Estado do Acre, o horário que nós vamos sair, para que nós possamos... Porque nós estamos sendo questionados pela imprensa, pelas



autoridades que foram convocadas. Então, eu gostaria de ter alguns informes nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Sergio Petecão, nós iremos sair amanhã, às 9h30min, da Base Aérea. Foi comunicado às 8h, mas já estendemos para que possamos sair às 9h30min, a fim de marcarmos presença aqui às 9h e irmos à Base Aérea para que possamos nos deslocar para Roraima. Iremos pernoitar no Acre, onde faremos a audiência pública e, na sexta-feira retornaremos para Brasília na sexta-feira à noite.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Quais serão os membros da CPI que farão parte dessa comitiva? Porque a imprensa está-nos questionando, querendo saber nomes. Nós gostaríamos de fazer uma divulgação lá em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Veja: não temos a confirmação ainda de todos. Sabemos que os Deputados do Acre e os Deputados de Roraima já confirmaram as presenças. O Deputado Maurício Quintella Lessa também já confirmou a sua presença. Eu também já confirmo a minha presença. E todos foram convidados para que possam integrar, à medida do possível, e fazer parte da audiência pública. Mas ainda não foram confirmados todos. Eu acredito que... O Deputado Alexandre Santos também confirma a sua presença agora. Os Deputados Edio Lopes, Gladson Cameli, Ilderlei Cordeiro, Urzeni Rocha, Maurício Quintella Lessa, Eduardo da Fonte, Alexandre Santos e Sergio Petecão confirmaram. E estamos aguardando as confirmações dos demais membros para que possamos fechar a comitiva.

Consulto o Deputado Antônio Carlos Chamariz se S.Exa. estará presente.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Sr. Presidente, ainda não tenho resposta. Estou aguardando aí e depois eu estarei passando a confirmação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Está. (Pausa.)

Gostaria de agradecer o Comando da Aeronáutica, em especial o assessor parlamentar, Dr. Artur Vargas Neto, ao Deputado Edio Lopes que fez com que se tornasse possível que a FAB disponibilizasse o avião para que nos possamos deslocar para Roraima e para o Acre, tendo em vista a complicação de voos entre



os 2 Estados, para que pudéssemos realizar, com mais eficiência, as 2 audiências públicas nos dias de quinta-feira e sexta-feira, amanhã e depois de amanhã.

Gostaria de consultar também se mais alguém gostaria de fazer o uso da palavra. (Pausa.)

Gostaria de registrar, também, Deputado Sergio Petecão, que ficará mantido o horário das 15h no Acre para que não possa prejudicar os andamentos, já que foram publicados e expedidos os ofícios de convocação para as 15h.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Alexandre Santos, para que possa fazer suas as considerações.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, quero aqui agradecer até o entendimento hoje dessas aprovações e dizer que é de suma importância que os membros que possam acompanhar a comitiva o façam. Acho de suma importância também que nós possamos ir a quanto mais Estados possíveis para dizer que esta Casa está permanentemente de vigia e olhando para os interesses desta Nação brasileira.

Portanto, temos que chamar os setores que estão envolvidos neste momento para as audiências públicas nos Estados; temos que cobrar efetivamente não só nos aprofundarmos nas investigações, mas também nas posições que esta CPI terá que tomar. É por isso que os requerimentos já estão começando a buscar nome, endereço, CPF das pessoas que, certamente, tiveram e têm um procedimento que não são aqueles procedimentos que o funcionário público tem que ter. Portanto, já estamos vendo os desvios do sistema elétrico e as barbaridades havidas. Esta mesma do Mato Grosso que pedimos informações — sequer a baixa renda é respeitada: descontam e não repassam o desconto à aqueles que mais precisam. Há que se buscar informações. Vamos investigar e também buscar os encaminhamentos para as penalidades havidas.

Quero agradecer muito ao TCU, Tribunal de Contas da União; ao Ministério Público, que está nos acompanhando. Sem sombra de dúvidas, esta CPI deixará marcas profundas para uma nova condição no Sistema Elétrico Brasileiro.

Eu queria agradecer, Sr. Presidente, e dizer que teremos que estar juntos nessas viagens, que são de suma importância para os nossos Parlamentares envolvidos, e também para a sociedade envolvida nos Estados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu gostaria também de deixar registrado que a ANEEL está obstruindo as informações solicitadas a ela, no Requerimento nº 05, de autoria do Relator, Deputado Alexandre Santos; ela não informou ainda todos os dados solicitados; e de fazer constar na Ata desta Comissão de Inquérito a obstrução das informações, pela ANEEL, e que esta CPI tomará todas as medidas cabíveis, no Código Penal, estabelecidas por esta Casa.

Solicito se mais algum Parlamentar gostaria de fazer uso da palavra. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Augusto Farias.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO FARIAS - Sr. Presidente, a grande verdade é que é uma oportunidade ímpar que esta Casa tem na criação desta CPI, para que nos aprofundemos sobre esse setor.

Governos privatizaram com o discurso de que as empresas eram públicas e davam prejuízos. Na privatização — não que eu seja contra a privatização —, os lucros são exorbitantes. Então, se era do Governo, dava prejuízo; se está na iniciativa privada, os lucros são exorbitantes.

Há uns 15, 20 dias atrás, eu li, numa manchete local, *Gazeta de Alagoas*, que a companhia energética, que hoje é do Governo Federal — diretamente, todos os membros são nomeados, aqui, do Governo Federal —, iria fazer uma redução de 19% a 20%. Ora, não sei se é redução da iluminação pública ou se é do consumo normal. Mas quando se vem para uma redução de 19%, 20%, é porque a gordura está grande. Ninguém vai dar uma redução de 20% se ali não estão havendo gorduras. No caso de Alagoas, há várias indústrias, empresas, que estão calçadas com liminar, para não pagarem energia elétrica. Então, na hora em que uma empresa não paga energia elétrica, nós, consumidores... está sendo diluído por todos nós. Essa é a grande realidade. E quando você começa a comentar os números das empresas e das tarifas, Sr. Presidente, é uma coisa que todo o mundo está alheio a esse assunto.

Então, eu acho que essa é uma oportunidade muito grande e boa para esta Casa, para que a gente imponha qual é o objetivo, que objetivo exatamente é esse, de deixar que os lucros exorbitantes das empresas venham atingir o consumidor. Quando a gente fala “consumidor”, pode ser que atinja todos: classe A, B, C, D, E.



Então, quero dizer o seguinte: que V.Exas., Relator e Presidente, têm o apoio de todos nós, para irmos fundo nessa história, para que a gente consiga exatamente esse mistério. A agência regulariza... ela é a agência reguladora do processo. Às vezes, você vem de uma iniciativa privada, vai para uma agência. Ora, o Banco Central tem quarentena. De repente, você veio de uma iniciativa privada, faz parte de uma agência que vai regular o setor, que vai distribuir e dizer quanto é o aumento, e assim sucessivamente. Então, se a gente for devagarinho, nós teremos o objetivo, que é esse: que a gente esclareça para a sociedade o quanto se está pagando, atingindo todas as camadas, principalmente a camada mais pobre do nosso País.

Era só essa a observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero, de início, agradecer aos Parlamentares desta Comissão, em especial a V.Exa., pela ida até o meu Estado, a ida até o Estado de Roraima.

Eu estou providenciando, Sr. Presidente, e dentro de minutos entregarei a esta Comissão, uma cópia do contrato do Brasil com a Venezuela para o fornecimento de energia daquele país para o Estado de Roraima especificamente. E gostaria de informar a esta Comissão do trabalho que foi para este Parlamentar conseguir uma cópia desse contrato. Nós fizemos, de forma oficial, à ELETRO NORTE, que nos mandou, depois de reiterarmos o pedido, uma cópia do contrato todo tarjado em negro. Todas as informações mais importantes estavam tarjadas e com carimbo de confidencial. Nós expedimos um ofício ao Presidente da Casa, dando ciência ao Presidente do ocorrido. Foi reiterado, pela terceira vez. Veio a segunda cópia faltando páginas. Só na quarta vez foi que o contrato veio na íntegra para nós. Então isso já nos dá bem a dimensão do quanto é difícil adquirir informações do setor energético brasileiro. Se um Deputado, de forma oficial, para conseguir uma simples cópia de um contrato do Brasil com a Venezuela, foi toda essa trabalheira... Isso demorou quase 1 ano, Presidente. Este foi o meu primeiro ano aqui na Casa, e foi quase um ano essa história.



E eu passarei ainda hoje a esta CPI, em especial ao Sr. Relator, cópia desse contrato, para que durante a viagem o Sr. Relator vá se inteirando das informações ali contidas. E eu tenho certeza de que não só em Roraima, mas também no Acre, a expectativa da sociedade com relação ao resultado desta CPI, eu diria, é extraordinária, Sr. Presidente. A sociedade do meu Estado, cujas contas são exorbitantes, está esperando esta CPI como um raio de esperança para aquela sociedade. Nós temos empresas, sobretudo as empresas de fabricação de gelo, fechando as portas, porque não aguentam mais a tarifa de energia elétrica imposta aos comerciantes, aos empresários e ao consumidor residencial, de uma forma geral.

Portanto, fica aqui o meu agradecimento pela disposição dos membros desta Comissão, pela atuação firme de V.Exa., que veio permitir o deslocamento desta Comissão até o meu Estado.

Por último, por uma questão de justiça, agradeço ao Comando da Aeronáutica, na pessoa do Brigadeiro Araújo e do Coronel Vargas, 2 grandes assessores daquela Arma aqui na Casa, que não mediram esforços em disponibilizar uma aeronave para que esta Comissão pudesse se deslocar a Roraima e ao Acre. Ao Comando da Aeronáutica, através desses 2 assessores, fica aqui transmitido o nosso agradecimento.

Muito obrigado pela oportunidade, Presidente.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Chamariz e, em seguida, o Deputado Sergio Petecão.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Sr. Presidente, eu queria aqui aproveitar e trazer ao conhecimento do Exmo. Deputado Augusto Farias que a tarifa que foi concedida de desconto, no Estado de Alagoas, foi de 16.49, em todas as tarifas, menos no ICMS.

Eu queria trazer esse conhecimento para os pares, o que a gente já tinha dito aqui, na outra reunião. Eu queria trazer esse esclarecimento.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Sergio Petecão.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Sr. Presidente, é só para reforçar o seu convite àqueles colegas Parlamentares que ainda não decidiram de suas idas tanto a Roraima como ao Acre.

Primeiro, eu queria agradecer aos companheiros que dispuseram seu tempo para ir conhecer nosso Estado. E àqueles que ainda não definiram sua ida, que o fizessem, porque é importante que possamos receber uma comitiva com bastante representatividade, para que possamos, nessa primeira reunião que estamos fazendo fora desta Casa, já demonstrar a força desta CPI. É importante que os colegas possam conhecer a realidade lá do Estado de Roraima, como também a realidade do nosso Estado, o Estado do Acre.

Então nossas palavras são no sentido de agradecer ao nosso Presidente e ao nosso Relator por demonstrarem esse carinho com esses 2 Estados, nos visitarem e levarem o compromisso que esta CPI tem com nosso País. Acho que a visita a 2 Estados pequenos, como o Estado do Acre e o Estado de Roraima, é uma grande demonstração da preocupação que os senhores estão tendo com esta CPI. Isso nos gratifica muito e nos deixa bastante felizes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, era para que eu fizesse menção na nossa ata à entrega, pelo Deputado Edio Lopes, do contrato com a Venezuela, para que tivéssemos a autenticidade do documento quando chegasse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Irá constar em ata e será recebido por esta CPI o documento enviado pelo Deputado Edio Lopes. Gostaria aqui também de ressaltar a presença do Deputado Lula Morais, do Estado do Ceará, que é um grande defensor dos consumidores do Estado do Ceará, que vem lutando com a CPI estadual, e que hoje o Deputado Chico Lopes aprovou um requerimento segundo o qual vamos fazer, no Estado do Ceará, também em



conjunto, audiência da CPI da Câmara dos Deputados juntamente com a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Deputado Lula, vamos ver a agenda e vamos fazer o mais breve possível, já que o nosso prazo está em ritmo acelerado. Iremos discutir em seguida com o Relator e com os demais membros, para que possamos definir a data, para que possa ser feito o anúncio, e requisitar à Assembleia para que possamos realizar audiência pública na sua Casa, na Casa do povo do Ceará.

Deputado Maurício Quintella.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Sr. Presidente, quero só uma informação: a Mesa tem atualizado os documentos que já chegaram a esta CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Temos já os pedidos de informações que estamos recebendo, inclusive estão sendo remetidas todas ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal também, simultaneamente com o recebimento, para que eles possam dar continuidade às investigações e nos auxiliar no processo investigatório que esta Casa realiza. E vou pedir que encaminhem a V.Exa. cópia do que já foi recebido, para que V.Exa. analise e peça na íntegra o que achar necessário para contribuir com os trabalhos da CPI e colaborar com o povo de Alagoas, que tenho certeza que é o seu maior intuito.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, mas antes convoco as seguintes reuniões: amanhã, dia 10 de setembro, às 15h, na Câmara Municipal de Boa Vista, no Estado de Roraima, audiência pública com os Srs. José Nassar Palmeira, Diretor-Presidente da ELETRO NORTE; Flávio Decat de Moura, Diretor-Presidente da Boa Vista Energia S.A.; Raul Prudente de Moraes, Presidente da Companhia Energética de Roraima; Plínio Novais Pinto, Diretor Regional dos Correios de Roraima; Pedro Pinto da Silva, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor — DECON; Antônio Leocádio Vasconcelos Filho, Secretário de Fazenda do Estado de Roraima; Ademir Teles de Menezes, Promotor da Promotoria de Defesa do Consumidor e Cidadania do Ministério Público do Estado de Roraima; dia 11 de setembro, sexta-feira, às 15h, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, em Rio Branco, audiência pública com o Sr. Jorge Nassar Palmeira,



Diretor-Presidente da ELETRONORTE; Flávio Decat de Moura, Presidente da Companhia de Eletricidade do Acre, ELETROACRE; Joaquim Augusto Sanches, Presidente da Guascor do Brasil Ltda.; Olivar Pinto Mesquita, Gerente-Geral da filial do Acre da Guascor do Brasil Ltda.; Celso Santos Matheus, representante institucional da ELETROACRE; Mâncio Lima Cordeiro, Secretário de Fazenda do Estado do Acre; e Nadma Farias Kunrath, Diretora da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre.

E também, já antecipando, na próxima semana, na terça-feira, será realizada uma audiência pública com representantes do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal para que eles possam também contribuir com os trabalhos dessa CPI. E, na quarta-feira, em seguida, com o ex-Presidente da ANEEL, Dr. Jerson Kelman. Na quarta-feira serão agendadas também as audiências públicas da próxima semana. Na terça-feira, com o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União e, na quarta-feira, com o ex-Diretor-Geral da ANEEL, Sr. Jerson Kelman.

Com a palavra o Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Pela ordem, Sr. Presidente, apenas uma informação à Mesa. Nós aprovamos requerimento de minha autoria para a realização de audiência pública no Estado de Alagoas, e uma das convidadas era a Secretaria de Finanças do Estado. Ela, na semana passada, pediu exoneração, e houve uma troca de secretários. Então, que a assessoria da Mesa tomasse conhecimento e, na hora de formular o convite, que visse essa alteração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com certeza, será acatada a solicitação de V.Exa. Foi sugerido também que viesse um representante da Secretaria de Fazenda e não especificamente a Secretaria. Então vamos pedir para que seja substituída pelo novo Secretário de Fazenda do Estado de Alagoas. E também, Deputado Maurício Quintella Lessa, podemos aqui nos reunir para marcar o mais rápido possível a audiência pública do Estado de Alagoas.

Acredito que, na semana do dia 25 ou 26, vamos encontrar essa data oportuna para que possamos realizar logo a audiência pública do Estado de Alagoas. Com a palavra o Relator, Deputado Alexandre Santos.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, passo às suas mãos o contrato de suprimento de energia elétrica que fazem a Venezuela e o Estado de Roraima, para que fique sob a guarda da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dou o recebido e, com certeza, esse contrato irá contribuir muito para que V.Exa. possa fazer o seu relatório e realmente possamos esclarecer ao povo de Roraima por que hoje, Deputado Edio Lopes, o povo de Roraima paga uma das maiores tarifas do Brasil e consequentemente do mundo. Tenho certeza de que a expectativa do povo de Roraima é muito grande, e vamos nos esforçar bastante para que possamos dar os resultados esperados pelo povo de Roraima.

Gostaria também de aqui dizer ao Deputado Léo Alcântara, que também é um dos maiores defensores do povo do Ceará, da sua luta em poder dar resultados concretos ao Estado do Ceará, defendendo os consumidores, que têm, sem dúvida alguma, sido sacrificados ao longo desses anos pelas altas tarifas de energia elétrica. E dizer ao Deputado Léo Alcântara que vamos realizar em conjunto com a Assembleia do Estado do Ceará uma audiência pública para esclarecer o povo do Ceará, junto com o Deputado Chico Lopes, com o Deputado Lula Morais. E dizer que o Deputado Léo Alcântara foi o primeiro Deputado que aprovou requerimento de audiência pública com os membros da empresa distribuidora de energia elétrica do Estado do Ceará aqui e que hoje pode ser apreciado por esta Casa para que seja realizada uma audiência pública em conjunto no Estado do Ceará.

Gostaria de parabenizar o Deputado Léo Alcântara, o Deputado Chico Lopes e o Deputado Lula Morais, que engrandecem muito os trabalhos dessa CPI com a sua presença aqui. Tenho certeza, Deputado, de que nós iremos fazer um grande trabalho no Estado do Ceará, uma grande audiência pública. As empresas se negaram a participar da audiência pública da sua CPI estadual, mas agora eles vão ser convocados e terão que estar presentes para esclarecer ao povo do Ceará por que o povo do Ceará paga uma das maiores tarifas de energia elétrica não só do Brasil, mas de todo o mundo.

Registro também a presença aqui do Deputado Praciano, que engrandece muito os trabalhos desta CPI, que é um grande defensor do Estado do Amazonas e



que, com certeza, nos encoraja bastante por essa luta e que iremos dar um resultado concreto também ao povo do Amazonas.

Gostaria de agradecer a presença de todos os Parlamentares que aqui estiveram e dizer que iremos, sem dúvida alguma, corresponder às expectativas do povo brasileiro junto com o Ministério Público Federal, com o Tribunal de Contas da União, onde, volto a dizer, será realizada, na próxima terça-feira, essa audiência pública que, eu tenho certeza, irá engrandecer muito os trabalhos dessa CPI.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.